

# Educação patriótica como ensino de História

*Clarícia Otto\**

*Raquel de Melo Giacomini\*\**

**Resumo:** Este artigo é resultado parcial da pesquisa “História e Educação: investigações sobre a apropriação do conhecimento histórico”, a qual conta com bolsa de iniciação científica PIBIC/CNPq – BIP/UFSC. Com base em 122 entrevistas depositadas no acervo do Museu da Escola Catarinense, em Florianópolis (SC), essa pesquisa busca analisar processos de constituição do saber histórico escolar em Santa Catarina. No entanto, para este artigo, selecionou-se 86 entrevistas, as quais apontam para questões relacionadas ao ensino da história da pátria. Ou seja, o conteúdo dessas entrevistas permite a visualização da produção de um passado comum a um grupo de professores, isto é, a produção de referenciais para o desenvolvimento de atividades escolares em torno de rituais cívicos e de símbolos relacionadas às tradições nacionais. Desse modo, pretende-se destacar a dimensão da história ensinada, inscrevendo-a na interlocução entre a escrita da história e da memória nacionais.

**Palavras-chave:** História ensinada, Festas cívicas, Santa Catarina.

**Abstract:** This article is partial result of the research “History and Education: inquiries on the appropriation of the historical knowledge”, which counts on PIBIC/CNPq – BIP/UFSC scientific initiation scholarship. Based on 122 interviews settled in the

---

\* Professora do Departamento de Metodologia de Ensino e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: clariciaotto@yahoo.com.br

\*\* Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina e bolsista PIBIC/CNPq – BIP/UFSC. E-mail: rm\_giaco@hotmail.com

heap of the Catarinense School Museum in Florianópolis(SC), this research seeks to analyze processes of constitution of school historic knowledge in Santa Catarina. However, for this article, 86 interviews have been selected, which point to questions related to nation history teaching. Thus, the content of these interviews allows the visualization of the production of a common past to a group of professors, that is, the production of references for the development of school activities around civic rituals and symbols related to the national traditions. In this manner, it is intended to emphasize the dimension of taught history, inscribing it in the interlocution between the writing of national history and its memory.

**Keywords:** Taught history, Civic parties, Santa Catarina.

*A memória procura ‘capturar o tempo’,  
por meio de estratégias que o revivem e comemoram.*  
(GOMES, 2009, p. 88).

O museu é uma instituição que adquire, guarda, conserva e expõe objetos, os quais são evocadores de memórias de determinados tempos. Na acepção de Nora (1993), o museu é um lugar de memória. Nessa perspectiva, o Museu da Escola Catarinense, no centro de Florianópolis (SC), está entre as instituições de memória e também pode ser tomado como um lugar de memórias. Dentre documentos, objetos da cultura material, educacional, entre outros, o Museu possui um acervo de fontes orais – entrevistas com ex-alunos e ex-professores, nascidos nas três primeiras décadas do século XX, os quais frequentaram e/ou atuaram como docentes em escolas primárias no Estado de Santa Catarina, aproximadamente, entre as décadas de 1930 e 1970. Essas entrevistas são resultantes do projeto de pesquisa “Resgate da História e da Cultura Material da Escola Catarinense”, o qual foi coordenado pela professora Maria da Graça Machado Vandresen e desenvolvido ao longo da década de 1990.

Tais entrevistas apresentam fragmentos de memórias que, na direção da epígrafe inicial, tentaram “capturar o tempo”. Qual foi esse tempo? O tempo ligado aos tempos de escola vividos pelos entrevistados, seja como alunos, seja como professores.

Todavia, neste artigo, o foco centra-se nas memórias que, tentando capturar o tempo, reviveram as comemorações cívicas, os hinos, os personagens ilustres, enfim, a escola e a educação patriótica. Em outras palavras, interessa destacar aspectos das memórias que se relacionam direta e/ou indiretamente ao ensino de História em escolas catarinenses em determinados períodos do século XX.

## Memória e História

Em grego antigo, *Mnemosyne* (Memória), era uma deusa, mãe das divindades, responsável pela inspiração dos poetas no sentido de dar a eles o poder de lembrar as coisas passadas. Assim, a memória é a capacidade de lembrar, de guardar lembranças das vivências, da percepção de um tempo. A pessoa retém na mente aspectos de sua vivência, de experiências que foram significativas.

Desse modo, por meio das narrativas articuladas com base no que a memória registrou, a história vai sendo construída. Há uma relação entre História e Memória; contudo, esta é matéria-prima, é objeto de investigação da primeira. Muito embora história e memória sejam conceitos distintos, e essas distinções contribuam para o entendimento da necessária multiplicação do número de vozes, de relatos a serem ouvidos, eles dependem um do outro. Nessa direção,

não é sem razão que se fala cada vez mais dessa ‘relação indecisa’ entre memória e história, na medida em que, se seguramente elas não se confundem, com certeza implicam-se mutuamente. Ou seja, se a história faz uso da memória – tornando-a, inclusive, um objeto privilegiado de estudo –, a memória também faz uso da história, incorporando-a como um de seus materiais para a fabricação de passados (GOMES, 2009, p. 88).

Assim, importa considerar as diferentes memórias e isso implica construir uma história múltipla, na qual apareça a polifonia de vozes. Segundo Worcman (2006, p. 9), a construção de uma história múltipla talvez seja um desafio que passa “pelo simples entendimento de que toda pessoa tem uma história e de que essa história tem valor”. Nesse sentido, saber ouvir é um ato de respeito ao outro e um exercício de cidadania.

A memória tem uma dimensão pessoal (perceptiva, introspectiva), mas também, social, coletiva, isto é, há memórias objetivamente construídas e selecionadas – memória social e/ou histórica.

A memória objetiva tem um caráter seletivo, a sua materialização pode ser vista em monumentos, nomes de ruas, museus, arquivos, santuários, bens tombados, enfim, documentos evocadores das lembranças de facetas da história das sociedades.

Os lugares de memória, de acordo com Nora (1993), são criados em decorrência da aceleração no ritmo de vida moderna e do não compartilhamento de vivências, tradições e costumes. Construir lugares de memória para guardá-las tem o sentido de preservá-las da ameaça do esquecimento.

A materialização da memória associada ao patrimônio histórico, em alguns casos, torna-se alvo de manipulação, haja vista sua dimensão funcional e simbólica. Ao longo dos tempos, grupos políticos na disputa de poder têm se apropriado e manipulado o conceito de memória segundo seus interesses. Por exemplo, elegem memórias e constroem “lugares de memória” como representação objetiva da memória social de uma cidade, em detrimento de tantas outras memórias deixadas no silêncio e condenadas ao esquecimento.

Le Goff (2003, p. 471) muito bem sintetiza a ideia em torno da importância a ser dada à memória e à História como uma busca de conferir sentido à vida ao longo dos tempos: “a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”.

A palavra História deriva da raiz indo-europeia *wid-weid* (ver). Ver é olhar para ter conhecimento. Então, História significa investigação, isto é, um ver que, por meio da procura, desencadeia o saber, é análise, é crítica, busca compreender a ação das pessoas no tempo e no espaço.

Portanto, a polissemia da palavra História remete às categorias fundamentais do processo de construção do conhecimento histórico, podendo ser assim compreendida: (a) história-ciência – procedimentos metódicos, operação intelectual em busca do conhecimento;

(b) história como narração, notícia de acontecimentos, ou seja, história-processo.

Para compreender a História, é necessário identificar os pressupostos de sua produção, quer dizer, não há narrativa histórica neutra, cada pesquisador que escreve História parte de um ponto de observação, de determinada leitura do objeto de investigação.

Nesse aspecto, há também uma finalidade na narrativa histórica, qual seja, recuperar a memória sobre os acontecimentos, não permitir que as ações humanas, com o passar do tempo, sejam esquecidas. Assim, pode-se definir, em conformidade com Bloch (2001), que a História é “a ciência dos homens no tempo”. Dito de outra maneira, a História, partindo de indagações suscitadas no presente, estuda a ação das sociedades humanas, dos grupos organizados ao longo dos tempos e em seus respectivos e diversos espaços.

Nesse sentido, para se discutir questões relacionadas à Memória e à História, é necessário vinculá-las às experiências da pessoa no tempo. O sentido de pertencimento a determinado tempo vai se instalando à medida que a pessoa for reconhecendo um passado vivido também por ela.

O item a seguir indica aspectos selecionados das memórias dos entrevistados e procura compreendê-los na interlocução presente/passado, observando as estratégias de uma educação patriótica.

## Rituais cívicos: produção de uma memória nacional

Na organização dos dados coletados das entrevistas, vale ressaltar que a maioria dos entrevistados nasceu na primeira metade do século XX. Além disso, a maior parte atuou até a década de 1960, no ensino, em Santa Catarina. Dentre as 122 entrevistas, 86 delas enfatizam, de alguma forma, o ensino de História.

As referidas entrevistas, num primeiro momento, apresentam as lembranças sobre a infância da pessoa entrevistada. Esta fala de brincadeiras de quando era criança, dos familiares, contextualiza o lugar do nascimento, entre outros aspectos. Num segundo momento, o entrevistado narra sobre o tempo em que frequentou a escola, e, num terceiro, a narrativa gira em torno do tempo em que exerceu a docência.

De modo geral, cada entrevistado descreve como era a escola: a sala de aula, o uniforme, as cartilhas, a merenda, os castigos, as brincadeiras, a separação de meninas e meninos (em algumas entrevistas), os métodos de alfabetização, a metodologia de ensino, o material didático, a lousa, a saúde/higiene, a sala multisseriada, a escola isolada, a avaliação, entre outros.

Vinte e um dos entrevistados nasceram em Florianópolis. Vinte deles não informam o lugar de nascimento, uma entrevistada relatou que nasceu na Alemanha e veio para o Brasil na ocasião em que ingressou na Congregação das Irmãs da Divina Providência, uma nasceu em São Paulo e duas no Paraná. Sobre o local de realização da entrevista, 59 foram realizadas em Florianópolis, quatro não informam o local, e as demais foram realizadas em diversas cidades de Santa Catarina, tais como: Balneário Camboriú (1), Blumenau (1), Curitiba (3), Imbituba (8), Laurentino (1), Santo Amaro da Imperatriz (5), São José (3) e Siderópolis (1).

Ao se mencionar algum aspecto referente ao ensino de História, os rituais cívicos são os que se destacam. Das 86 entrevistas analisadas, 53 delas indicam a existência de algum ritual de civismo, desenvolvido no ambiente escolar como parte integrante do

currículo. Os hinos ensinados e cantados nas escolas são citados por 44 dos entrevistados. Os principais são: Hino da Proclamação da República (4), Hino à Bandeira (27), Hino Nacional (30), Hino da Independência do Brasil (7), Hino de Santa Catarina (7), e 9 entrevistados indicam os cinco hinos mencionados.

A bandeira nacional ganha destaque em quarenta entrevistas. Os desfiles são mencionados por dezoito entrevistados. Eram realizados em alguma data comemorativa, sendo o destaque o dia 7 de Setembro (Independência do Brasil). As demais datas cívicas e/ou comemorativas são 21 de abril (Tiradentes), 15 de novembro (Proclamação da República), 19 de novembro (Dia da Bandeira do Brasil). Além dos hinos, 34 entrevistados falam que havia outras músicas, cantos cívicos e patrióticos, entoados geralmente aos sábados. Também são citados e ganham destaque nomes de personagens, como os de Getúlio Vargas e Duque de Caxias, entre outros.

Com base nos dados coletados, numa análise preliminar, pode-se visualizar um ensino vinculado a uma ideia de patriotismo e de civismo nacionais. Buscando entender esse processo educacional, é importante retroceder ao passado e lembrar que data dos anos de 1920 um descontentamento geral no Brasil em relação aos rumos que o Brasil Republicano estava tomando. Com o final da Primeira Guerra Mundial, o Brasil perdera a referência da Europa como modelo de civilização, desenvolvimento e progresso. Como uma nação dita civilizada poderia exterminar tantas vidas? Naquela época, perguntava-se o que e quem iria representar o Brasil moderno.

Diante dessas preocupações em torno da necessidade de um projeto e de uma identidade nacional, a elite intelectual e os grupos que estavam no poder tomaram para si a tarefa de captar o que era “genuinamente” brasileiro e dar forma à sociedade. De acordo com Caimi (2001, p. 32), “intelectuais e políticos formavam o grupo social cujo papel seria conduzir a nação ao encontro de si mesma”. Foi nesse contexto que se começa a implantar uma política de nacionalização no país. Juntamente a

essa política ocorre a difusão e ampliação do número de escolas primárias. Além disso,

ainda na segunda década do século foram criadas inúmeras Ligas Nacionalistas com objetivos cívico-patrióticos [...] personagem-modelo desse momento, Olavo Bilac, autor do Hino à Bandeira, foi seguramente um dos maiores representantes da Liga de Defesa Nacional, de 1916, e fiel defensor do desenvolvimento do sentimento patriótico na escola (CAIMI, 2001, p. 32).

Nesse sentido, as entrevistas são compreendidas em meio a esse contexto. Ao mesmo tempo, as memórias dos entrevistados apontam, rememoram, reconstroem questões relativas a esse período em que se desvelava uma política de afirmação do Brasil como nação, como portador de uma identidade.

Assim, as atividades escolares ligadas ao civismo são compreendidas nesse contexto em que se fundamentava o nacionalismo. A implantação de uma política de nacionalização se dava em diversos setores da sociedade; no entanto, “a escola, sob a ótica do nacionalismo vigente, era a instituição fundamental criada pela ‘nação’ para formar o cidadão, possuindo, portanto, tarefas específicas que permeavam o conjunto das disciplinas com seus conteúdos e métodos” (BITTENCOURT, 1988, p. 45).

Coube ao ensino de História e de Geografia imprimir um conjunto de conteúdos nos quais predominavam os ideais de civismo, a história de personagens tornados importantes, rituais com homenagens, tanto a símbolos quanto a pessoas. Segundo Caimi (2001, p. 31), “o ensino de história devia contemplar o estudo dos feitos de brasileiros ilustres e suas biografias; incentivar a realização de festas comemorativas às datas nacionais; promover visitas a museus e monumentos nacionais e ensinar cantos patrióticos”.

Dessa forma, muito mais que conteúdos a serem ensinados em sala de aula, ensinar História se resumia a realizar rituais cívicos ao longo do ano escolar. Eram as repetidas homenagens à bandeira, os desfiles, a exaltação de personagens ilustres que ti-

nam a função de desenvolver nas crianças um sentimento patriótico, uma identidade nacional. Isso pode ser observado no fragmento da seguinte entrevista:

No dia Sete de Setembro, cedo, a gente começava a marchar na rua, pois a escola não tinha pátio. Então, a gente ia marchando pela rua [...] a gente cantava, também. Tinha o Estudante do Brasil. Tua missão é a maior missão, batalhar pela verdade, pela sua geração [...]. Era tudo cantado. Depois que a gente marchava, vinha a saudação à bandeira, os recitativos do dia Sete de Setembro. Tinha o Hino Nacional primeiro, e, no final o Hino à Bandeira. O Hino da Independência também se cantava (Entrevista 38, s./p.).<sup>1</sup>

As entrevistas também ressaltam o Hino à Bandeira, entoado diariamente. Em algumas escolas, era cantado até duas vezes ao dia: antes de entrar na sala e na hora da saída, antes de voltar para casa. Além desse ritual diário, aos sábados eram feitas homenagens à pátria e aos seus símbolos. Bittencourt (1992, p. 52) sinaliza nessa direção afirmando que, nas “solenidades do culto à bandeira e as que se referiam ao hino nacional, prevaleceu uma espécie de culto sacralizado que foi sendo incorporado por professores e pelos próprios alunos”. Essas atividades faziam parte do programa oficial de qualquer escola. Nas atividades destinadas a fomentar o sentimento patriótico, os estudantes aprendiam a hastear e dobrar a bandeira, a cantar os hinos e recitar versos patrióticos.

Seguem alguns fragmentos de memórias dos entrevistados:

Todos os sábados tinha hasteamento à bandeira, se cantava o Hino Nacional, à Bandeira, Salve o Hino pendão da esperança. Aí qualquer menina da outra sala ia dizer um poema, fazer um monólogo, sempre tinha três ou quatro meninas, mesmo que chovesse (Entrevista 71, 1998, s./p.).

---

<sup>1</sup> Dentre as 122 entrevistas do acervo, 111 estão transcritas. No entanto, não estão enumeradas. Assim, a enumeração das entrevistas, neste artigo, foi realizada pelas pesquisadoras e segue uma lógica de coleta de dados. No entanto, algumas entrevistas transcritas não são paginadas. Assim, para essas e também para as entrevistas não transcritas utiliza-se s./p. (sem página).

Havia aos sábados, homenagem à bandeira, todos os sábados. E aí se preparava o aluno pra recitar [...] havia os desfiles, que é muito do interior fazer desfiles. Tudo isso era preparado, o civismo, havia aulas mas não era, era assim, quando surgia se aproveitava. Não eram aulas propriamente ditas, era despertar no aluno o amor à pátria, o amor torrão natal, tudo isso agente fazia (Entrevista 6, 1994, p. 8).

Eu, me dói o coração quando vejo que também sucateou o patriotismo das pessoas. [...] “E os hinos, os hinos eram ensinados, eram, era uma festa. Sábado era o dia de festa do Brasil. Festa da nacionalidade, festa da nossa identidade. Hoje a gente não sabe, a turma não sabem nem cantar o hino nacional. Isto me dói terrivelmente. Será isto cultura? Contra-cultura ou mesmo acultura? (Entrevista 8, 1994, p. 4).

Todos sabiam o Hino Nacional, o Hino à Bandeira, o Hino do Estado, o Hino da Proclamação da República e o Hino da Independência. E aí era superimportante e inclusive eles faziam exames de canto e a gente tinha que recitar, tinha que dizer a música, podia cantar. [...] Mas então era isso, desenvolvia o sentido de brasilidade, o sentido de patriotismo na gente. A gente era patriota (Entrevista 12, 1994, p. 5).

Bom! História da cidade, nada disso se aprendia, começava por Brasil, situado na América do Sul, com tantos estados, era essa coisa assim. A educação moral e cívica tinha já a apresentação da bandeira Nacional, o significado das estrelas, das cores, bem assim para adaptar a criança a um conhecimento mais elevado. Agora na escola de São José, já não, já existia hasteamento à bandeira aos sábados com recitativos referentes à bandeira ao Brasil e tínhamos aulas de cantos sacros e profanos, porque lá a religião era muito acentuada (Entrevista 14, 1994, s./p.).

Nessa direção, seguem-se numerosas lembranças, memórias que, certamente no ato da entrevista, procuraram “capturar o tempo” e, por meio da tentativa de captura, reviveram, rememoram e recriaram memórias. Os excertos anteriores estão na perspectiva do dizer de Gomes (2009, p. 88), ao tratar acerca das lembranças sobre acontecimentos no tempo: “à memória cabe encenar e monumentalizar o passado, em especial o passado histórico, que, por estar mais ‘distante’ e não ter sido vivido diretamente, precisa ser aproximado e experimentado pelo grupo, através de estratégias cuidadosamente implementadas”.

No entanto, a referida autora também sinaliza a função da história ao dizer que,

já à história cabe produzir conhecimentos sobre esse tempo passado, por meio de um exercício crítico e compreensivo, que opera com instrumentos teórico-metodológicos, cujo objetivo é justamente desnaturalizar esse passado histórico. É essa outra forma de gestão do passado que permite à história compreender as narrativas da própria memória como interpretações dadas ao passado pelo presente, como formas políticas de ‘usos do passado’ (GOMES, 2009, p. 88).

Dentre as formas de “usos do passado”, também o curso da Escola Normal Catarinense tinha como meta formar um professor patriótico. Os conteúdos ministrados nesse curso “deveriam, sobretudo, assegurar o cultivo dos sentimentos morais e cívicos do/a mestre/a, de modo a transformá-lo num propagador dos ideais de unidade, coesão e solidariedade nacionais” (TEIVE, 2008, p. 165-166).

A estratégia do governo era formar um professor que apropriasse os seus discursos. Esses deveriam ser transmitidos às crianças, pois, competia ao professor “incutir na criança o amor à Pátria, dar-lhe a exata compreensão de seus nobres ideais. [...] explicar-lhes o Hino Nacional, a Constituição Brasileira, a nossa Bandeira, enfim, tudo o que possa despertar-lhes o interesse e o sentimento pátrio” (BITTENCOURT, 1997, p. 194, *apud* CAIMI, 2001, p. 33).

Nessa linha de pensamento patriótico, as 86 entrevistas veiculam de modo repetitivo, quase de maneira *ipsis litteris*, um discurso homogêneo em relação ao ensino de história: os feitos de personagens da história política do Brasil, hinos e festas patrióticos. Por meio desses discursos e práticas se implementou, naquele período, uma única forma de pensar e compreender a História e a cultura nacionais.

## Algumas considerações

A educação patriótica, ou seja, as datas nacionais incorporadas ao calendário escolar pelos professores eram para eles festas comemorativas. Ao longo das primeiras décadas do século XX, os professores catarinenses foram transmissores de uma memória nacional desejada pelas elites dirigentes.

De acordo com a produção historiográfica sobre o período, a escola procurava transmitir um conjunto de representações em torno de um projeto educacional e de uma pretendida unidade nacional, fomentados pelo discurso governamental.

Nas memórias dos entrevistados, os rituais de amor à Pátria, o patriotismo, entre outros, não são vistos como tradições inventadas, segundo a aceção de Hobsbawm e Ranger (1984). De acordo com os autores (1984, p. 19), “a Bandeira Nacional, o Hino Nacional e as Armas Nacionais são os três símbolos através dos quais um país independente proclama sua identidade e soberania. Por isso, eles fazem jus a um respeito e a uma lealdade imediata”.

Nesse sentido, o conjunto de “tradições inventadas” precisa de uma análise que ultrapassa os aspectos pedagógicos postos em marcha nas escolas, exige que sejam situadas no contexto da política nacionalista.

Pode-se inferir, com base nas entrevistas, que as escolas primárias catarinenses foram instituições formadoras de atitudes de idolatria diante dos símbolos da pátria. Dessa forma, é possível, por meio dessa reflexão, entender como as datas cívicas, as datas comemorativas passaram a fazer parte do cotidiano escolar.

Oxalá este artigo possa motivar professores a problematizar os modos como as datas cívicas ainda permanecem nos calendários escolares e continuam a fazer parte da memória coletiva na contemporaneidade. Assim, com o objetivo de analisar as práticas em torno do ensino de história nos dias atuais, vale o alerta:

Não nos enganemos. A imagem que fazemos de outros povos, e de nós mesmos, está associada à história que nos ensinaram quando éramos crianças. Ela nos marca para o resto da vida. Sobre esta representação,

que é para cada um de nós uma descoberta do mundo e do passado das sociedades, enxertam-se depois opiniões, idéias fugazes ou duradouras, como um amor [...] mas permanecem indeléveis as marcas das nossas primeiras curiosidades, das nossas primeiras emoções (FERRO, 1993, p. 7).

## Referências

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. As ‘tradições nacionais’ e o ritual das festas cívicas. In: PINSKY, Jaime (Org.). *O ensino de história e a criação do fato*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1992.

BITTENCOURT, Maria dos Anjos. O ensino obrigatório e o civismo nas escolas. In: COSTA, Maria José Franco Ferreira (Org.). *I Conferência Nacional de Educação – Curitiba*. 1927. Brasília: Inep, 1997.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAIMI, Flávia Eloisa. *Conversas e controvérsias: o ensino de história no Brasil (1980-1998)*. Passo Fundo: UPE, 2001.

FERRO, Marc. *A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo: Ibrasa, 1993.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A república, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Traduzido por Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5 ed. Campinas: Unicamp, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, dez. 1993.

PINSKY, Jaime (Org.). *O ensino de história e a criação do fato*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1992.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. *‘Uma vez normalista, sempre normalista’*: cultura escolar e produção de um habitus pedagógico (Escola Normal Catarinense – 1011/1935). Florianópolis: Insular, 2008.

WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez (Org.). *História falada*: memória, rede e mudança social. São Paulo: SESC; Museu da Pessoa; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

## Fontes

Entrevista n. 38. Concedida por Ana Rita de Souza a Rosinei da Silveira. Imbituba, 19 de ago. 1995. 73 anos de idade.

Entrevista n. 71. Concedida por Cora Lisboa da Silva a Andréia Cristina de Almeida. Florianópolis, 07 de maio 1998. 72 anos de idade.

Entrevista n. 6. Concedida por Maria Carolina Gallotti Kehrig a Ana Maria de Brito Gouvêa. Florianópolis, 22 de jun. 1994. 73 anos de idade.

Entrevista n. 8. Concedida por Almira Jacinto Calixto a Ana Maria de Brito Gouvêa. Florianópolis, 23 de abr. 1994. 74 anos de idade.

Entrevista n. 12. Concedida por Selva Palma Ribeiro a Ana Maria de Brito Gouvêa. Florianópolis, 22 de jun. 1994. 65 anos de idade.

Entrevista n. 14. Concedida por Fernandes Marques Trilha a Rosinei da Silveira. Florianópolis, 30 de jun. 1994. 77 anos de idade.